

Regressão democrática na América Latina:

do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário

Josué Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRA)

Esse artigo é dedicado a Eduardo Galeano e Gabriel Garcia Marquez, dois latino-americanos que nos ajudam a imaginar nossa identidade coletiva na América Latina.

Em abril de 2014, o uruguaio Eduardo Galeano esteve no Brasil e declarou – ao ser perguntado sobre seu livro mais vendido, *As Veias Abertas da América Latina* (1971) – que “não seria capaz de ler de novo. Cairia desmaiado”. Prossegue o ensaísta, falecido um ano depois, em abril de 2015, dizendo que “a prosa da esquerda tradicional é chatíssima. Meu físico não aguentaria. Seria internado no pronto-socorro”¹.

¹http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/04/cultura/1399232315_232658.html

A rejeição, na maturidade, à própria obra-prima também marcou a trajetória de Gabriel Garcia Márquez – romancista colombiano morto em abril de 2014 e ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1982. No caso do “Gabo”, apelido carinhoso do escritor, havia algo mais que do que um simples desapego, era mesmo um verdadeiro ódio do autor ao seu livro de maior alcance, o clássico *Cem Anos de Solidão* (1967). Em entrevista concedida a um jornal espanhol, em 1991, republicada parcialmente quando ele morreu, Garcia Márquez resolve falar sobre o seu romance mais célebre, considerado o segundo mais importante da literatura hispânica pelo IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, ocorrido em 2007, na Colômbia, atrás apenas de Dom Quixote.

Apesar dos prêmios, Gabo declarava que “Yo no reniego 'Cien años de soledad'. Me ocurre algo peor: la odio”. Ao explicar o porquê desse ódio, ele contava que

Antes, cuando era una persona normal y espontánea, quedaba con alguien para almorzar y bromeábamos de cualquier insignificancia y nos lo pasábamos estupendamente. Ahora, cuando llego a un restaurante, hay veinte personas esperándome, como si fuese una atracción de circo. Y no sólo eso: durante el transcurso de la comida esperan la frase inteligente, la ocurrencia magistral.

Márquez afirmou ainda, naquela ocasião, que tal sucesso não fazia sentido

Los críticos tratan de solemnizar y de encontrarle el pelo al huevo a una novela que dice muchas menos cosas de lo que ellos pretenden. Sus claves son simples, yo diría que elementales, con constantes guiños a mis amigos y conocidos, una complicidad que sólo ellos pueden entender².

Entre chaves simples e prosas chatas – existe uma anedota que atribui ao escritor argentino José Luís Borges a frase “com 50 anos, já dava

²<http://www.abc.es/cultura/libros/20140417/abci-garcia-marquez-odio-cien-201404172322.html>

para contar toda a história" para criticar a obra do colega colombiano³ – o fato é que a atual conjuntura política na América Latina parece contrariar Garcia Márquez e Galeano no desapego aos seus clássicos. Vivenciamos a substituição do ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) por um ciclo político neoliberal e autoritário. Se aquele parecia confirmar a virtude e a necessidade dos nossos povos de produzir novas coordenadas simbólicas para além das veias abertas e dos muitos anos de solidão, este último repõe as dores e dramas que foram universalizados nestas (e em muitas outras) obras seminais.

O ciclo político progressista tem como primeiro marco a eleição, em 1998, de Hugo Chávez para presidente da Venezuela e se consolida com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, e de Nestor Kirchner, na Argentina, em 2003. Suas dinâmicas e processos se desenvolvem até 2013 mais ou menos, quando vários sinais de crise se apresentaram por todo lado. A partir de 2015, com a vitória de Mauricio Macri, na Argentina, a derrota de Nicolas Maduro nas eleições parlamentares da Venezuela e a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, abriu-se o ciclo político neoliberal, o qual buscaremos caracterizar mais adiante.

Não obstante, demarcaremos o começo e o fim do ciclo político progressista com processos eleitorais, seus sentidos transformadores foram profundos e ultrapassam em muito o calendário de votações. Gustavo Codas nos apresenta uma excelente sistematização desse alcance ampliado do ciclo político progressista, afirmando:

a emergência, na região, de um ciclo político diferente de tudo quanto foi visto em nossa era independente, no qual a busca de um novo papel no cenário mundial e na divisão internacional do trabalho são não apenas discursos ou intenções, mas se concretizam em mudanças reais (2013: 3).

3 <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1880597-50-anos-bastavam-teria-dito-borges-sobre-cem-anos-de-solidao.shtml>

Codas recupera o processo de resistência e de superação do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O autor relembra a realização da Cúpula das Américas, em Quebec (Canadá), em 2001. Naquele momento

O governo dos Estados Unidos parecia já tocar com a ponta dos dedos a realização do projeto pan-americanista que lançara ainda no final do século XIX e que, cem anos depois, na década de 1990, havia encontrado terreno fértil numa região com governos sob hegemonia neoliberal e já despojados de qualquer veleidade de desenvolvimento com soberania. (2013:3)

O autor destaca que, em 2001, apenas Chávez “aproximou-se ‘do lado de fora’, dos movimentos contestatários, para prestar sua solidariedade” e, mais importante, “colocou, ‘do lado de dentro’ da reunião oficial, objeções ao acordo que vinha sendo negociado desde meados da década anterior”. Quatro anos depois, prossegue Codas, o quadro se alterara radicalmente. A Cúpula das Américas de 2005, em Mar del Plata, na Argentina, “enterra definitivamente as negociações da ALCA, um tema que sai da agenda hemisférica” (2013:3) ao ser recusada pelos principais governos do continente.

Enfim, o ciclo político progressista consistiu em um inédito processo de afirmação soberana, que hoje é deixado no passado, em um contexto no qual Brasil e Argentina buscam se inserir subalternamente em arranjos geopolíticos hegemonzados pelos países do Norte, tais como a tentativa brasileira de aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ ou o pleito argentino para fazer parte da Aliança para o Pacífico em detrimento do Mercosul⁵.

É verdade que a América Latina mudou muito desde a publicação dos dois livros; e mesmo desde o momento em que as duas obras tornaram-

⁴<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-05/brasil-formaliza-pedido-de-adesao-ocde>

⁵<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,macri-comeca-aproximacao-com-o-pacifico,10000057220>

se obrigatórias para o pensamento crítico dos nossos povos: nossa urbanização está consolidada, com suas contraditórias e ricas dinâmicas sociais e políticas totalmente ativadas; nossa democracia apresentou, até aqui, um grau de continuidade jamais alcançado, e é nesse quadro que as novas gerações de latino-americanos estão a sonhar e fazer identidades coletivas que não cabem mais nos símbolos consagrados pelos dois escritores.

A despeito dessa América Latina viva que floresce no século XXI, existem estruturas mesquinhas que teimam em sobreviver e que lançam suas sombras sobre os povos do nosso continente, inibindo o crescimento dos nossos melhores frutos. Desigualdade e violência que parecem atualizar – e mesmo eternizar – as imagens que marcam a identidade latino-americana extraída dos clássicos de Galeano e Garcia Márquez, ainda que contra a vontade (estética e política) de ambos.

Muitas dessas estruturas estão na raiz das recentes quedas presidenciais em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) e que ameaçam a democracia, os direitos e os povos em toda a região. Não convém ignorá-las, portanto. Entretanto, o que parece repetição do trágico destino colonial que nos marcou, latino-americanos, até o século XX, é também muito mais que isso, pois existem dimensões conjunturais atualíssimas e tendências de longo prazo que ultrapassam os sentidos da mera reposição do passado. Conforma-se, portanto, um novo ciclo político na América Latina que atualiza estruturas pregressas, reforça tendências futuras e que apresenta dinâmicas conjunturais nas quais as quedas presidenciais são um dos elementos a serem destacados.

Buscaremos argumentar, na segunda parte deste artigo, qual é a natureza desse ciclo político neoliberal e autoritário. Antes, na primeira parte, o objetivo é conceituar o que é um ciclo político, de modo a fornecer

patamares comuns para avaliar situações políticas, econômicas e sociais que atravessam vários países de uma mesma região.

O conceito de ciclo político

São muitos os desafios de analisar as recentes quedas presidenciais na América Latina. São todas elas resultados de crises políticas agudas em seus respectivos países, situações em que a conjuntura avança com velocidade, quando é grande (muitas vezes irresistível) a tentação de encerrar as análises nas dinâmicas internas e na chave dos eventos de curto prazo – por exemplo, a inabilidade da/do presidenta/e ou algum tipo de ação externa da potência imperialista. Outra tentação que decorre da intensa lógica endógena de cada nação é a da extrema especialização de cada situação, como se não fosse possível encontrar elementos comuns a todos – ou a maioria – dos países.

É preciso inserir, contudo, as específicas conjunturas em uma dinâmica mais geral dos conflitos de classe na América Latina, qual seja, a das disputas pelos sentidos do desenvolvimento capitalista no continente. É fundamental identificar e analisar as “linhas de força” (Domingues, 2017: 7) que informam a política latino-americana. Somente assim poderemos inserir outros processos em curso na região no mesmo contexto político das quedas presidenciais de Manuel Zelaya, em 2009, em Honduras; de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012 e de Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil.

Entre outros, pensamos na já referida vitória de Macri nas eleições presidenciais argentinas de 2015 e na derrota de Evo Morales no referendo de 2016, que perguntou à população boliviana se o presidente poderia tentar uma nova reeleição. No mesmo sentido, é apenas investigando as tendências gerais que atravessam a maioria os países da América Latina que é possível compreender as dinâmicas políticas mais recentes, tais como a vitória de Pinera nas eleições presidenciais chilenas em dezembro de 2017 e a derrota

de Rafael Correa no plebiscito equatoriano em fevereiro de 2018, bem como aquelas situações cujo conflito se exacerba (pré-guerra civil, ameaça de intervenção externa dos EUA) sem que o equilíbrio de forças se altere, tal como verificamos na Venezuela, onde chavismo e oposição alternam vitórias e derrotas: primeiro, a apertada vitória de Maduro na disputa do cargo máximo da República Bolivariana, em abril de 2013; em seguida, a acachapante supremacia da oposição nas eleições legislativas de dezembro de 2015; e mais recentemente, o novo triunfo governista nas eleições regionais em outubro de 2017. Ademais, o método de ampliar o olhar sobre as especificidades nacionais para inseri-las em dinâmicas mais amplas e estruturais é fundamental para entendermos as crises nas esquerdas do continente, que se manifestam nas cisões entre o atual presidente do Equador, Lênin Moreno, e seu antecessor, Rafael Correa, e mesmo na recente denúncia de corrupção que levou Raul Sendic a renunciar do posto de vice-presidente do Uruguai.

Por fim, constituir uma reflexão a partir da dialética entre conjuntura e estrutura é condição para avaliarmos corretamente os processos que parecem significar uma continuidade do ciclo político progressista, em especial as eleições de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2015; de Daniel Ortega na Nicarágua, em 2016; de Lênin Moreno no Equador, em 2017. Proceder da maneira que estamos defendendo nestas páginas nos ajudará a qualificar esses resultados enquanto tendências que estão em vias de superação e que se constituem como dimensões de resistência ao novo contexto do ciclo político neoliberal, certamente mais desfavorável para as classes subalternas do que o ciclo político anterior.

Daí vem a importância do conceito de ciclo político, que em geral já é amplamente usado nas análises sobre política internacional. Trata-se de uma categoria bastante útil para que possamos apreender situações de correlação de força e de tendências de longo prazo que se repetem em vários países de uma mesma região que pode nos ajudar também – quer na análise

sobre as dinâmicas políticas internas a uma nação específica, quer nas reflexões sobre a geopolítica internacional como um todo.

Na introdução da coletânea de artigos sobre a esquerda europeia intitulada “Mapa da esquerda na Europa Ocidental”, Perry Anderson identifica, para a Europa central e a do Norte, o advento de um ciclo político socialdemocrata no pós-2ª Guerra Mundial, alicerçado na “edificação de *welfare states*, com pleno emprego e amplos serviços sociais” (Anderson, 1994: 10). Ele fala de um ciclo de 30 anos e finalmente, na metade da década de 1970, “pela primeira e única vez na história do pós-guerra, havia primeiros ministros socialdemocratas em todos os Estados da região: Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia” (Idem). O auge marcou o começo do declínio, pois como afirma Anderson,

Esmoreceram as condições econômicas subjacentes ao sucesso do reformismo do Norte. (...). Ficou claro que a economia capitalista mundial estava caminhando um longo declínio. Na nova conjuntura, a socialdemocracia não carecia apenas de políticas eficazes para enfrentar a crise. Ela se viu associada à própria crise, quando o ressurgimento ideológico do monetarismo escolheu os gastos estatais excessivos e os sindicatos superpoderosos como as causas-chaves da estagflação. (1994: 10-11).

Com relação à América do Sul, Maria Regina Soares Lima nos mostra que os ciclos políticos se dão de modo integrado, ora de modo subordinado, ora com tensões que buscam abrir caminhos autônomos aos ciclos políticos originados e protagonizados pelas potências globais. Assim, enquanto a Europa e os EUA viviam o que ela chama de “consenso socialdemocrata” (Soares Lima, 2008: 5); na América Latina, imperava o “ciclo autoritário” que se estende de 1954 (Guatemala) até o fim dos anos 1970 – ciclo esse sustentado pelos EUA no contexto da Guerra Fria justamente para evitar que qualquer tipo de dinâmica progressista se consolidasse nos países latino-americanos, possibilidade que se mostrava concreta para os povos da região.

Quando passamos para o ciclo político da redemocratização latino-americana na década de 1980, o quadro no Norte global verificava uma alteração profunda:

As forças sociais representantes dos interesses do grande capital industrial e financeiro e seus aliados políticos reagiram ao consenso socialdemocrata - erigido no pós Segunda Guerra em resposta ao colapso do liberalismo clássico - restaurando um ordenamento orientado para o mercado em muito semelhante aquele que havia entrado em colapso nos anos 30 (Soares Lima, 2008: 5).

Nossa transição à democracia se deu, desta forma, subordinada à hegemonia neoliberal, resultando em um “novo ordenamento” político, jurídico e institucional que “seguiu de perto os preceitos do Consenso de Washington, cujas recomendações estavam centradas na abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação, privatização, redução estado empresário e equilíbrio fiscal” (Soares Lima, 2008: 5).

O quadro só se altera no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, com a série de vitórias “dos governos progressistas, definidos de forma esquemática como aqueles originários de partidos de esquerda” e que devem sua emergência ao “impasse, em algumas situações, falência mesmo, daqueles experimentos neoliberais dos anos 1990” (Soares Lima, 2008: 5-6).

Uma vez identificados os diferentes ciclos políticos – seja na Europa, seja na América Latina, que de fato interessa ao presente artigo – trata-se então de avançar em uma definição conceitual do que é um ciclo político, o que faremos destacando três das características mais gerais que, acreditamos, estão acima das diferenças conjunturais que cada ciclo apresenta em comparação com o outro. São elas a multiplicidade dos tempos históricos (i); a articulação dialética entre conjuntura e estrutura (ii); as várias dimensões políticas e sociais que, juntas, formam um ciclo político, tais como as lutas, as eleições, as formas de ação coletiva daquele

determinado período, as questões programáticas que são mobilizadas por cada nova geração (iii).

A primeira característica fundamental é, então, a questão da temporalidade histórica. Anderson destaca o aspecto mais duradouro desse tipo de ciclo em comparação com as contingências eleitorais:

Os ciclos eleitorais vão e vêm. (...). Continuará a haver governos conduzidos por partidos socialdemocratas (...) e futuras eleições serão ganhas por eles. (...). Mas há uma crise subjacente, cujo sentido é inequívoco. Ela não foi aliviada, mas agravada, pelo colapso do comunismo na Europa Oriental. (...). O triunfo ideológico do mercado foi tão completo no Leste que ricocheteou contra qualquer uso do Estado para a regulação econômica ou a previdência social no Ocidente (Anderson, 1994: 15).

Maria Regina Soares Lima ressalta que o ciclo político progressista na América do Sul “só pode ser entendido de forma plena quando se leva em conta movimentos profundos no sistema internacional e na própria região que se observaram no final do século e início do novo milênio” (2008: 6). Que movimentos são esses? A autora destaca dois – e em ambos sobressai a questão do tempo histórico que se prolonga: “O primeiro deles, por sua abrangência sistêmica, é a expansão territorial do capitalismo e a configuração de um capitalismo realmente global” (Soares Lima, 2008: 6). Complementando os processos mais gerais e estruturais que informam os ciclos políticos, vem “o segundo movimento que se alastrou nos anos 1990 foi a crise dos governos autoritários e as bem-sucedidas transições democráticas nos países do Sul e no Leste Europeus” (Soares Lima, 2008: 7).

Podemos inferir, portanto, que os ciclos políticos só podem ser adequadamente compreendidos a partir da multiplicidade dos tempos históricos tal qual formulou o historiador francês Fernand Braudel. Membro da influente Escola dos Annales e por muito tempo seu diretor, Braudel é autor de uma das mais significativas contribuições que essa escola deu à teoria social (Burke, 1990: 54).

A primeira contribuição que o pensamento de Braudel traz a este artigo consiste em sua constante militância pela derrubada das fronteiras que cindem os diversos domínios das ciências humanas. Segundo o historiador francês, “há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos” (Braudel, 1978: 41). Ele vai além e diz que “cada ciência social é imperialista” quando apresenta “suas conclusões como uma visão global do homem” quando são, na verdade, “visões particulares” (Braudel, 1978: 80). A segunda e principal contribuição está na formação de “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (Braudel, 1978:44). De acordo com Braudel,

A história se situa em três patamares diferentes, mas isto é modo de falar, muito simplista. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em pauta, dez, cem durações diversas. Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural, segue um ritmo mais lento. (...). Para além desse recitativo da conjuntura, a história estrutural ou de longa duração coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel e por seus valores fixos, há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a se escoar, a se consumir e que, em suma, gravitam em torno dela”. (Braudel, 1978:105).

Os ciclos políticos condensam essa multiplicidade dos tempos e, a partir delas, vem a segunda característica fundamental de um ciclo político, a saber, a articulação dialética entre liberdade e necessidade, entre agência e determinação, entre conjuntura e estrutura. Soares Lima e Anderson destacam a importância dos eventos eleitorais e políticos mais imediatos para entender a emergência e o caso dos ciclos. Há, nas duas análises, um espaço importante para a agência. Soares Lima demarca que é preciso recusar a ideia de que a sucessão dos ciclos políticos na América Latina “foi um processo evolutivo natural”, entendendo que tal sequência “dependeu fundamentalmente das escolhas e decisões tomadas pelos agentes públicos e privados” em cada sociedade (Soares Lima, 2008: 6). Anderson afirma que “os partidos são vistos como atores coletivos, que fazem suas escolhas”

cujas trajetórias não podem ser reduzidas “a algum destino predeterminado” e que “o retrospecto histórico mostra possibilidades que não se realizaram, oportunidades perdidas tanto quanto erros evitados” (Anderson, 1994: 17).

Não obstante, os autores não recaem em uma análise voluntarista, a qual despreza as estruturas – isto é, a longa duração braudeliana. Para Soares Lima, o ciclo político progressista é fruto de escolhas políticas feitas a partir de bases estruturais tais como a expansão do capitalismo enquanto sistema mundo, o fim da guerra fria e a constituição de uma nova ordem mundial e a crise do neoliberalismo, projeto político e valorativo hegemônico dos processos estruturais que ela identifica. Em suas palavras,

a emergência dos governos de esquerda na América do Sul, suscitada pela falência dos experimentos neoliberais anteriores, deve ser entendida levando-se em conta as profundas transformações na economia política do capitalismo e na geopolítica global, bem como as transformações políticas e econômicas regionais, ressaltando-se entre elas o vigor da onda de democratização política em curso. (Soares Lima, 2008: 8).

Por seu turno, Anderson (1994: 20-22) aponta características estruturais do capitalismo mais avançado como decisivas para o ciclo político neoliberal na Europa, cujas manifestações na América Latina devem ser investigadas, pois são características incontornáveis caso a socialdemocracia (ou o progressismo latino-americano) almeje reconstituir um ciclo político sob sua hegemonia.

Segundo o autor, trata-se, principalmente, da nova configuração da classe trabalhadora, mais heterogênea do que o grosso do proletariado industrial que se constituiu entre os anos 1950 e 1970. São cinco as dinâmicas sócio-políticas estruturais que, na análise de Anderson, diversificaram a classe trabalhadora europeia: gênero (mais feminina), idade, etnia (migração das ex-colônias), composição profissional (predominância do setor terciário/serviços sobre o secundário/indústria) e diferentes formas de pertencimento ao Estado do Bem-Estar (consolidação do desemprego estrutural e da informalidade sistêmica). “O resultado foi

uma polarização social do próprio operariado manual, com crescentes conflitos de interesse entre seus grupos mais desprotegidos e os mais privilegiados” (Anderson, 1994: 21).

Em suma, recorrendo novamente a uma passagem de José Mauricio Domingues, trata-se de operar a necessária e urgente investigação sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um quadro analítico que incorpora “avaliações substantivas da conjuntura” com a “busca de processos de mais longo prazo, com compromissos conceituais sistemáticos em muitos momentos, culminando com uma discussão sobre *tendências de desenvolvimento*” (Domingues, 2017: 8, grifos do autor). Ao fazermos isso, podemos dar substância ao diagnóstico de que a América Latina vive um novo ciclo político, que passaremos a caracterizar na próxima seção.

A terceira característica conceitual dos ciclos políticos que precisa ser destacada é a existência de múltiplas dimensões sociais e políticas em cada período, tais como os ciclos eleitorais – ou os ciclos de luta que emergem dos conflitos de longo prazo – e também os ciclos organizativos e programáticos das classes sociais em movimento e disputa, que geralmente estão ligados à entrada na cena política de novas gerações, com suas próprias demandas e subjetividades.

José Mauricio Domingues apresenta sobre o Brasil pós-golpe de 2016 um tipo de reflexão que podemos estender para o conjunto da América Latina na medida em que dela é possível extrair elementos importantes para conceituar essa terceira características dos ciclos políticos. Diz o sociólogo que “o Brasil vive conjuntura particularmente complexa por se encontrar em um momento em que os finais de vários ciclos se cruzam e se sobredeterminam” (Domingues, 2017: 42). O primeiro é o ciclo da redemocratização, iniciado nos anos 1970 com a anistia e as greves e que se desenvolve na década de 1980: “as energias mobilizadas naqueles tempos já não existem, os quadros que as teceram envelheceram, algumas de suas

ideias se concretizaram, muitas foram abandonadas, as formas de organização que engendraram se encarquilharam ou se mancharam”. (Domingues, 2017: 43).

O segundo ciclo que se esgota no Brasil é o “da absoluta e incontestada hegemonia do PT na esquerda brasileira” (Domingues, 2017: 43), ciclo que tem como marco as primeiras eleições presidenciais de 1989, quando as forças políticas e sociais que produziram a redemocratização apresentaram cinco candidatos diferentes (Lula pelo PT, Brizola pelo PDT, Ulisses pelo PMDB, Roberto Freire pelo PCB e Mário Covas pelo PSDB). Como é sabido, Lula foi quem conseguiu ir para o segundo turno enfrentando os setores mais identificados com o bloco histórico de poder das classes dominantes. Embora derrotado, a maior liderança operária do Brasil consolidou-se, naquela quadra, como principal liderança da esquerda brasileira (o mesmo valendo para o seu partido).

Coincide com o crescente esgotamento da hegemonia petista na esquerda o fim do ciclo eleitoral do lulismo, tal como foi definido por Singer, baseado em um reformismo fraco e na composição de uma nova base social para o PT, naquilo que o autor chama de “resolução da questão setentrional” brasileira, com a aliança entre os pobres do Norte e Nordeste com o sindicalismo organizado pelo PT, ambos referenciados em Lula (Singer, 2012: 40). Mas vai além da questão eleitoral, conforme os questionamentos que Domingues apresenta ao PT: “será o partido capaz de se renovar? Manterá sua unidade? Será capaz, ao tentar se reencontrar, de superar o pragmatismo, mas igualmente a ideia equívoca de que basta voltar a suas feições dos anos 1980 para encontrar seu rumo?” (Domingues, 2017: 54).

A definição dessa terceira característica dos ciclos políticos não será completa sem levar em conta os ciclos de lutas que marcam cada período. As energias de um determinado ciclo político são produzidas, em

grande parte (e primeiramente), pelas lutas sociais que se organizam – quer na resistência ao ciclo anterior que será substituído, quer antecipando tendências programáticas e organizativas que serão parte do ciclo futuro. Novas agendas e novas formas de ação coletiva, ou ainda a atualização de questões e métodos de ação que já existiam antes, aparecem com força na cena política e precisam ser levados em conta. De acordo com Domingues, ainda para o Brasil pós-golpe, “novos movimentos sociais e certa renovação de alguns dos mais tradicionais se apresentam” e noções como desenvolvimento sustentável e horizontalidade ganham centralidade inexistente nos ciclos anteriores (Domingues, 2017: 55-60).

O foco, nesse texto, não é aprofundar uma análise sobre o quadro brasileiro, que vem à tona somente para nos ajudar a conceituar o que é um ciclo político – algo que consideramos importante para aprimorar nosso entendimento sobre o atual contexto latino-americano mais geral de um ciclo político neoliberal e autoritário no qual se inserem as recentes quedas presidenciais no continente.

De sorte que é fértil pensar de modo análogo ao que Domingues apresentou sobre o Brasil para os demais países latino-americanos. Assim, podemos identificar que as energias da redemocratização se esgotam não só no Brasil, mas em toda a região. Isso gera tanto novos ciclos de lutas e de movimentos sociais (Bringel e Pleyers: 2017) como novos ciclos eleitorais e novas configurações da esquerda – o fim da Concertacion e a emergência da Frente Ampla, no Chile; crise do PT no Brasil; crise do chavismo na Venezuela – todas tendências que convergem para a identificação deste novo ciclo político neoliberal e autoritário na América Latina, cujos sentidos, tendências e conteúdos tentaremos estabelecer na próxima seção do presente artigo.

Ciclo progressista versus novo ciclo neoliberal

Paralelo à constituição e consolidação do novo ciclo político progressista na América Latina, instaurou-se um debate intelectual de vulto nas esquerdas e na intelectualidade sobre o caráter dessas experiências de governo. Afinal, é um fato reconhecido por todos que os governos progressistas não romperam em definitivo com os preceitos do ciclo político neoliberal e, ao mesmo tempo, não o seguiram ao pé da letra, em uma dinâmica pendular de continuidades e discontinuidades que estimula a polêmica e a polissemia sobre tais processos.

Entendemos que o conceito de ciclo político, tal como procuramos definir na seção anterior, ajuda-nos a buscar soluções para esse intenso debate. Afinal, na medida em que ele contempla o tempo da longa duração e a ação das estruturas, podemos entender que a expectativa de ruptura radical com o neoliberalismo já nasce frustrada, pois se trata de empreitada que em muito ultrapassa o alcance de governos eleitos em uma região periférica do capitalismo. Ademais, uma vez que o conceito de ciclo político valoriza a agência e as demais temporalidades, organizando as várias dimensões políticas e sociais – estatais, societais, organizativas, programáticas, geracionais – em um mesmo quadro analítico, podemos encontrar as diferenças estratégicas que marcam cada período e que nos permitem caracterizar um ciclo político específico em que pese a continuidade das dinâmicas estruturais.

É justamente por isso que insistimos em afirmar que, nos primeiros quinze anos do século XXI, a América Latina viveu um ciclo político progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização (anos 1980 e 1990) e também do atual ciclo político neoliberal e autoritário, não obstante as ambiguidades e contradições que marcaram os governos progressistas – muitas das quais são cruciais para explicar a própria substituição daquelas experiências progressistas pela presente onda de

governos de direita escolhidos pelo voto popular ou ilegitimamente empossados depois da derrubada de presidentes eleitos.

Soares Lima e Coutinho resumem essa dinâmica enfatizando, como já destacamos na seção anterior, a inserção do ciclo progressista em estruturas que limitam o campo da ação. Assim, para os autores, essas experiências se dão nos marcos de “dois movimentos estruturais” de maior escala, a saber, “a liberalização econômica, com suas privatizações, desregulamentações, choques de abertura comercial e demais ajustes” e, ao mesmo tempo, “a democratização política, expressa nos aumentos da liberdade e da participação política” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 11). Por conta disso,

se a tentativa de recuperação do Estado é um dos traços que se sobressaem nos anos pós-Consenso de Washington, então essa tentativa não significa exatamente um retorno ao passado, ao paradigma nacional-desenvolvimentista, ou ao burocrático-autoritário, mas, sim, no âmbito doméstico, uma coordenação política mais eficiente do Estado no que se refere aos valores e ao conflito de interesses contemporâneos que antagonizam diferentes setores do mercado e segmentos populares (...). A busca de uma convergência nas relações que envolvem os processos de democratização política e liberalização econômica se traduz, de forma dinâmica, em pontos ideais entre as preferências capitalistas e os anseios dos menos favorecidos. Evitar que a interação dessas partes se torne um jogo de soma negativa, ou de soma zero, é provavelmente o maior desafio das democracias da região no novo século, tendo em vista a constatação de que não se vislumbra saída para o desenvolvimento que não passe pelo mercado, como tampouco pode haver democracia sem as ruas livres e ativas. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 16).

Em diapasão semelhante, Fabrício Pereira da Silva oferece um quadro que sistematiza as escolhas feitas pelas esquerdas latino-americanas, inserindo-as em uma análise mais geral do processo político e histórico da região:

um contexto mais favorável historicamente de estendida manutenção das democracias da região nas últimas duas ou três décadas, e de superação do bloqueio gerado pela Guerra Fria, essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e

flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e “público-alvo”, conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo oposicionista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais (Pereira da Silva, 2014:4)

Isso posto, entendemos que a intensa polêmica interpretativa sobre os governos progressistas divide-se em três blocos de questões. Primeiro, a ideia de que não houve grandes mudanças, mas sim continuidade neoliberal na maior parte da região. Novamente seguimos com Soares Lima e Coutinho e com Pereira da Silva nas análises que eles apresentam sobre esse ponto. Quanto aos primeiros, embora reconheçam que “as mudanças não implicam obrigatoriamente rupturas radicais”, insistem que o ciclo político progressista altera sim o quadro de ação dos Estados-Nação na região rumo a direções que não cabiam no ciclo político anterior, quando a redemocratização foi feita sob hegemonia neoliberal. Afirmam os autores, sobre os governos progressistas, que “cada um a seu modo reexamina privatizações, aberturas comerciais, reformas previdenciárias e trabalhistas, de modo bastante pragmático na maioria das vezes. Alguns países também reveem seu passado autoritário” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 17).

Pereira da Silva, por seu turno, congrega quatro eixos analíticos nos quais os governos progressistas apresentaram mudanças substanciais que nos permitem caracterizá-los como experiências distintas daquelas que os precederam. São eles “papel do Estado; da ênfase e redesenho das políticas sociais; da participação social no governo; dos organismos de integração regional” (2014: 6). Em todas elas, o que podemos verificar, ainda segundo o autor, é que – não obstante apresentarem “matizes variados de acordo com o tema avaliado e com o governo” – há um ponto de unidade no fato de que “houve mudanças, em alguns casos de grau, em outros de abandono de paradigmas (ainda que sem grande clareza do que estaria substituindo-os)” algumas das quais com “relativo sucesso (redução da pobreza e desigualdade notoriamente)” (2014:18).

A segunda ordem de debates é consequência dessa primeira polêmica, uma vez que a despeito de integrar o conjunto das experiências progressistas em um único ciclo político, faz-se mister diferenciar as dinâmicas nacionais, sobretudo porque elas apresentam, de fato, significativas variações e distinções. Existiriam, assim, dois polos, um de transformações radicais – liderado pela Venezuela – e outro de mudanças moderadas ou mesmo de continuidade do neoliberalismo, com o Brasil à testa. Soares Lima e Coutinho identificam essa polarização para imediatamente recusá-la, sempre ressaltando a característica da ambiguidade e das mediações entre agência e estrutura:

Verifica-se certa tendência, na literatura especializada e na mídia em geral, em avaliar estes movimentos de mudança em termos de oposições duais: fragmentação e integração; democracias representativas e neopopulismos; disputa pela liderança regional entre Chávez e Lula. (...). Este tipo de abordagem analítica oculta aquilo que há de novo e diferente em relação à década passada. Por exemplo, que há mais diversidade nos experimentos democráticos em curso na região e que podemos estar diante de inovações nos modelos democráticos antes impensáveis de ocorrerem no interior da área de influência dos Estados Unidos. Que apesar das acusações de “chavismo”, “nacionalismo”, “neopopulismo” e outros “ismos” a serem inventados de acordo com a conveniências dos setores dominantes, o capitalismo nunca foi tão florescente na região quanto hoje. A globalização pode ter contribuído para a crise do modelo de economia fechada e comandado pelo Estado, mas seu sucessor na América do Sul certamente não é o Estado liberal, dos livros-textos de Economia. Ao contrário, o que parece estar em curso é a consolidação de uma ordem capitalista coordenada pelo Estado, seguindo a mesma tendência que estaria ocorrendo nas economias maduras em resposta às crescentes incertezas e à escala necessária dos investimentos, na era da globalização (Soares Lima e Coutinho, 2007: 27-28).

Tal análise pode ser complementada pela diferenciação que Pereira da Silva faz entre as nações que apresentam um quadro de “crise orgânica” (com elementos políticos, sociais, culturais, econômicos) e aqueles em que se verificam “insuficiências do modelo neoliberal”. Para o cientista político, estas últimas estão presentes em toda a região, porém – em alguns países – há “uma situação de empate catastrófico”, na qual há uma “decomposição

mais radical da hegemonia expressada anteriormente” devido ao “esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário”. Assim, “temporariamente, as forças em disputa não conseguem se impor e construir uma nova hegemonia”, o que teve como resultado a formação de governos de propostas mais radicalizadas, que procuram ser “refundadores” de suas sociedades e Estados, diferente daqueles casos em que a derrocada neoliberal não se converte em crise orgânica, quando então se formam governos “*renovadores* de políticas públicas e defensores de novas ênfases” (2014: 5)

Da consolidação da ordem capitalista decorre o terceiro conjunto de polêmicas, qual seja, o debate sobre o subimperialismo brasileiro na região como o elemento definidor do ciclo político então em curso. Os que defendem essa perspectiva baseiam-se na obra de Ruy Mauro Marini, que formulou o conceito de subimperialismo ao analisar a ação do Brasil durante a ditadura militar. Coube a Gustavo Codas organizar a posição de recusa a essa visão, com a qual nos afinamos:

Além de toda analogia histórica em circunstâncias tão diversas em geral distrair mais do que explicar, é bastante óbvio que Marini se referia a “outro Brasil”. Para colocar apenas dois aspectos econômicos da discussão: ele fazia referência a um esquema no qual a superexploração da mão de obra assalariada era a tônica, enquanto que os anos 2000 têm sido no Brasil os da formalização do mercado de trabalho, da melhora substancial do salário mínimo, dos aumentos reais de salários nas negociações coletivas etc. No esquema anterior, o Brasil tenderia a reproduzir com seus vizinhos a mesma relação de comprador de matérias primas e exportador de manufaturas que o imperialismo teve com sua periferia. Já o que se tem visto na política exterior dos governos petistas foi o incentivo à industrialização de seus vizinhos, ligando-os a suas cadeias produtivas ou demandando deles produtos manufaturados. (...). Dificilmente possa se considerar que os mornos arroubos de autonomia em relação ao imperialismo americano da ditadura militar (ao reconhecer os governos revolucionários resultantes dos processos de descolonização da África e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha na década de 1970) podem ser equiparados à política exterior de consolidação do Mercosul com a Venezuela, de constituição da UNASUL e da CELAC, para citar alguns marcos do período presente. O Brasil não parece o

sub-imperialismo dos estudos de Marini nos anos 1970; é outra coisa, e é isso o que deve ser analisado e estudado. (Codas, 2013: 10).

Filiamos-nos, pois, ao conjunto de interpretações que afirmam a existência de um ciclo progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização. Queremos, contudo, avançar para além do balanço desse passado recente, a fim de identificar as tendências futuras que se abrem com o novo ciclo político neoliberal. Em qualquer dos casos (isto é, seja para diferenciar o ciclo político progressista do ciclo neoliberal anterior, seja para compreender o atual ciclo político neoliberal) é fundamental definir o que é neoliberalismo, para então produzir as cartografias políticas do ciclo progressista e do atual ciclo que o substitui.

Não se trata de tarefa acessória ou supérflua. Todavia exista um consenso histórico com relação ao fenômeno da hegemonia neoliberal - há um acordo com relação à visão de que tal conjunto de ideias e propostas surgiu no pós-guerra 2ª Guerra (propondo resistência ao Estado de Bem-Estar Social) e permaneceu incubado por três décadas, tendo na ditadura de Pinochet, no Chile, iniciada em 1973, a sua primeira chance de se traduzir em práticas estatais concretas, para depois, ao fim dos anos 1970, tomar de assalto a cena política enquanto resposta global para crise do capitalismo (Anderson: 1995) – existem vários ângulos de entrada no exame do neoliberalismo.

Um deles, importante e crescentemente mobilizado nas ciências sociais, é aquele elaborado pelo filósofo francês Michel Foucault, cujos alicerces residem na noção de biopolítica. Trata-se de um tipo de reflexão que investe na questão do neoliberalismo enquanto produtor de novos tipos de subjetividade, para além das políticas de Estado, avançando para um modo próprio de governo da vida, um tipo de poder que “conduz a conduta dos homens” e que Foucault propôs chamar de “governamentalidade” (Foucault, 2008: 257-258.). Trata-se, de acordo com Gabriel Cohn, de um

tipo de racionalidade entendida não na chave das políticas públicas, mas enquanto forma de pensar que legitima, condiciona e produz a ação (2003:7). Desde essa perspectiva, organizam-se correntes interpretativas que pensam o neoliberalismo enquanto processo de desdemocratização (Dardot e Laval: 2016) ou de marcos que definem, por exemplo, quais vidas merecem ser vividas e quais não merecem (Butler: 2011), entre outras chaves possíveis.

O ângulo que optamos aqui será outro, e tem na questão de classe sua dimensão explicativa fundamental. Partimos da definição de neoliberalismo elaborada por David Harvey em seu livro “O Neoliberalismo: história e implicações”, em que ele começa falando que o neoliberalismo é

Em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (Harvey, 2008: 11)

Harvey argumenta que esse “primeiro lugar” é apenas o ponto de partida, a superfície de um processo político, econômico e social mais profundo, cujo sentido estratégico principal foi derrotar o Estado de Bem Estar Social e de se constituir enquanto “um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008: 27, grifos do autor).

O geógrafo marxista defende ainda que o neoliberalismo não foi tão exitoso com relação ao primeiro objetivo – restabelecer a acumulação de capital – mas que foi extremamente vitorioso no segundo, o de restaurar o poder político das elites econômicas. E que essa configuração de fracasso em um aspecto e sucesso em outro é ainda mais dramática para as classes

subalternas, pois implicou na produção de uma desigualdade extrema e na formação de uma “pequena e poderosa oligarquia” (Harvey, 2008: 26) nos países capitalistas.

A análise classista de Harvey é interessantíssima para pensarmos o contexto atual da América Latina. Tomando como marco a crise do capitalismo nos anos 1970, Harvey argumenta que a vitória neoliberal não estava dada e que foi resultado de um intenso processo de lutas sociais e políticas:

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (Harvey, 2008: 23).

A alternativa política ao neoliberalismo era forte e sacudiu as sociedades europeias nos anos 1970, tendo como epicentro político o Maio de 1968 global.

A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa nativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). (Harvey, 2008: 23-24).

Harvey enfatiza que à ameaça política somava-se uma concreta e palpável “ameaça econômica à posição das elites e classes dirigentes”. E prossegue lembrando que “o acordo do pós-guerra em quase todos os países” do Norte global previa que “o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do

bolo econômico”. Os dados sobre a redução da desigualdade que resulta desse pacto são impressionantes: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da 2ª Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas.” (Harvey, 2008: 25). O problema se dá em como manter esse arranjo com a crise da acumulação capitalista dos anos 1970.

Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970 (...) as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX, mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda (...). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. (Harvey, 2008: 25).

O resultado desse embate entre as classes não poderia ter sido pior para os subalternos. Uma vez derrotada a alternativa socialista – devido a vários processos políticos que não vem ao caso esmiuçar⁶ – os números da desigualdade explodem nos países do capitalismo central:

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999. (...). Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. (...). Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980, enquanto "a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era d

⁶ Sobre isso, ver a já mencionada introdução de Perry Anderson ao Mapa da Esquerda na Europa Ocidental.

países mais pobres era de 74 para 1 em 1997, vindo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960. (Harvey, 2008: 26-27).

Ora, o paralelo desse quadro apresentado por Harvey entre Europa e EUA (dos anos 1970 até o fim do século XX) com a América Latina do século XXI é não só pertinente como se encaixa com precisão no que ele chama de “desenvolvimento geográfico desigual” do neoliberalismo.

Ocorre que a primeira onda do neoliberalismo no continente se deu durante a redemocratização dos anos 1980. Tratava-se, então, de uma situação bastante diversa daquela verificada nos países da Europa e dos EUA. Por um lado, o neoliberalismo chegava à América Latina apoiado por uma classe dominante que não precisava reconstituir seu poder de classe, pois já saía fortalecida do ciclo autoritário. Seu objetivo era manter suas posições no novo arranjo democrático.

Não obstante tal poder de classe, o fato é que as nações latino-americanas da democratização eram sociedades com muita energia mobilizada em favor dos valores da justiça e da igualdade e dos sonhos de que a democracia seria não apenas formal, mas também substantiva. Um tipo de energia criativa que foi se acumulando nas ditaduras e que explode nos processos de redemocratização.

É essa energia que volta, nos anos 1990, para resistir e derrotar o neoliberalismo e que vai alimentar os governos progressistas no seu primeiro impulso. Soares Lima e Coutinho destacam esse processo das “*calles*” como crucial para o ciclo progressista:

Frente às restrições econômicas e à incapacidade do Estado em atender às demandas sociais, as *calles*, como metaforicamente são chamadas em espanhol, perdem a paciência e se incendiam. Por duas décadas, a reorganização de trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo novos atores e movimentos emergentes, inclusive alguns de corte étnico, passam a protagonizar a história, regendo um dos momentos de maior pressão popular registrado nessas democracias. Instala-se, assim, uma crise mais generalizada e profunda do que outras que continuaram a habitar o contexto sul-americano

mesmo após o fim dos regimes militares. Na realidade, essa crise é apenas o ápice de processos já em andamento, não ocorrendo da mesma forma, nem com a mesma intensidade, em todos os países do Continente. As crises que caracterizaram a virada de século na América do Sul são sintomas agudos da ausência de um modelo de desenvolvimento para a região, da persistente inoperância do Estado e da insatisfação que se alastra mais e mais em sociedades desejosas de inclusão política e social. Sob o manto dogmático da liberalização econômica, trocou-se o já exaurido nacional-desenvolvimentismo, baseado, por décadas, na substituição de importações, por um modelo econômico que não chega a ser propriamente de desenvolvimento, uma vez que fragiliza ainda mais o Estado e reduz suas preocupações para o curto prazo em torno da questão monetária. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 12-13).

É nesse contexto que começa o ciclo progressista na América Latina, e é por isso que a imagem escolhida por Cotas (a derrota da ALCA) para marcar o êxito do ciclo é tão precisa e impactante. A força das energias sociais e políticas das sociedades latino-americanas era tal que nossos povos, juntos, conseguiram impor uma derrota histórica ao imperialismo dos EUA, algo inédito no século XX, quando as derrotas estadunidenses são poucas e promovidas em conflitos políticos isolados – sendo Cuba e Nicarágua as mais significativas – os quais não conseguiam se espalhar para a região de modo sustentável e generalizado.

Ainda mais importante é seguirmos nesse caminho comparativo com a análise feita por Harvey, sempre tomando como base analítica a questão do poder de classe. E, no caso do ciclo progressista, a conclusão é que foi um período em que o poder das classes dominantes *recuou* diante do poder das classes subalternas e isso tem uma importância tamanha, tanto para reforçarmos a ideia de que o ciclo progressista precisa ser mais estudado e entendido quanto para afastar as teses de que o ciclo progressista foi mera continuidade do ciclo neoliberal anterior.

Em outras palavras, queremos afirmar que embora as contradições e impasses dos governos progressistas sejam evidentes e em boa parte responsáveis pela emergência do novo ciclo político neoliberal e autoritário

(pensamos, entre outros, na relação do progressismo com o desenvolvimento capitalista em detrimento da natureza e das populações tradicionais e, para os fins deste artigo, ainda mais importante, na incapacidade que as experiências progressistas latino-americanas apresentaram em lidar com a questão democrática, a qual voltaremos na conclusão); no ciclo político progressista, o poder político das classes subalternas aumentou e o das classes dominantes diminuiu – que pode ser medido tanto pela régua das eleições quanto pelos efeitos das lutas, por exemplo, na capacidade que as greves têm de arrancar vitórias em um quadro de pouco desemprego – o que não significa que as primeiras tenham deixado de ser subalternas e as últimas tenha perdido sua posição dominante.

Alguns dados sobre isso se encontram disponíveis, enquanto outros precisam ser mais bem sistematizados ou ainda carecem de pesquisa. Em 2015 – último ano do ciclo progressista – a OCDE divulgou um estudo alertando para o crescimento da desigualdade em todo mundo, com exceção da “América Latina e em alguns outros emergentes como o Brasil”, em que a desigualdade “está em queda”⁷.

Se passarmos para os exames qualitativos do processo, a conclusão será a mesma, com a vantagem de que – por essa metodologia – poderemos sair da frieza dos números e encontrar a temperatura quente da política, com suas criações e contradições. É o que nos mostra, por exemplo, Álvaro García Linera em seus estudos sobre a Bolívia tomada pela “potência plebeia” (Linera: 2010) ou Gilberto Marangoni e seu livro sobre a “Venezuela que se inventa” (Marangoni: 2004). Em ambos os casos, a conclusão é que o poder das classes subalternas *se fortaleceu* diante do poder das classes dominantes.

⁷ <http://exame.abril.com.br/economia/desigualdade-e-a-maior-em-30-anos-da-pra-reverter/>

No Brasil não foi diferente, conforme podemos extrair de “Os Sentidos do Lulismo” (2012), de André Singer, naquela que foi a primeira grande obra de interpretação dos governos Lula. O autor argumenta que a forte redução da miséria e lenta redução da desigualdade organizaram um reformismo que, embora fraco, foi significativo para o quadro social e político nacional. Ainda no caso brasileiro, vale a pena trazer à baila o estudo de Ruy Braga – um intelectual insuspeito, posto que sempre crítico à esquerda dos governos petistas – sobre o novo ciclo grevista que se abre em 2013, o maior do país desde 1989, (Braga: 2017). Ciclos grevistas ascendentes não significam outra que coisa senão a *redução* do poder das classes dominantes.

Sabemos que a recente explosão grevista no Brasil não se dá por acidente. Ela se insere no conjunto de contradições que marcam o ciclo progressista na América Latina – desde 2013 mais ou menos – e que novamente favorecem a comparação com a análise de Harvey. O geógrafo marxista afirmou, para a Europa e para os EUA, “que o crescimento econômico se mantinha em altos níveis”, a restrição ao poder das classes dominantes não ganhava centralidade na ação política daquele setor. Contudo, nos anos 1970, a situação muda e as elites partem para uma ofensiva com o intuito de recuperar seu poder de classe.

É exatamente o mesmo cenário que vivenciamos na América Latina nessa segunda década do século XXI. Com a eclosão da crise econômica internacional em 2008, a situação política na região se alterou e o equilíbrio entre mercado e ruas identificado por Soares Lima e Coutinho para o começo do ciclo se viu inviabilizado. Era preciso fazer escolhas; e o que se viu foi um avanço keynesiano em países estrategicamente determinantes na região, em especial Argentina e Brasil.

O nível de conflitos entre as classes se exacerbou em todo o continente, em torno do que o sociólogo Adalberto Cardoso chamou de um

“conluio antidistributivo”⁸ ou, nos termos que estamos usando a partir de Harvey, em uma intensa ação das classes dominantes para recuperar seu poder de classe. Tão intensa que as elites não hesitaram em mandar às favas a institucionalidade democrática onde isso foi necessário – e é isso que, em nossa opinião, explica as recentes quedas presidenciais na região.

A derrubada, em 2009, do presidente Zelaya, em Honduras, vista dessa perspectiva temporal, aparece como um laboratório de uma prática radical das elites para recuperar o seu poder de classe; enquanto a queda, em 2012, do presidente Lugo, no Paraguai, já significa o começo da crise terminal do ciclo progressista, processo esse que se completaria em 2015/2016 com a eleição de Macri, na Argentina; o cerco ao governo Maduro, na Venezuela, e o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma, no Brasil.

O resultado desse processo já começa a aparecer nas estatísticas, favoravelmente às classes dominantes. Estudo da CEPAL, publicizado em 2016, afirma que a desigualdade social voltou a subir na América Latina e as perspectivas são de um aumento ainda maior da distância entre os mais ricos e os mais pobres⁹.

É importante extrair os sentidos mais profundos desse processo que abre o ciclo neoliberal. O fato de que, no mesmo ano (2015), as elites tenham usado três estratégias diferentes em três das nações mais importantes com governos progressistas (eleições na Argentina, golpe parlamentar no Brasil e o enfrentamento aberto na Venezuela) mostra que não se trata que algum processo conspiratório, mas sim de movimentos orgânicos das classes dominantes em todo o mundo – na nossa região em especial.

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>

⁹ <https://nacoesunidas.org/cepal-pobreza-teria-aumentado-na-america-latina-atingindo-175-milhoes-de-pessoas-em-2015/>

Wanderley Guilherme dos Santos, José Mauricio Domingues e Juarez Guimarães vão convergir para o diagnóstico de que o mundo e a América Latina – esta mais recentemente – estão vivendo um processo de regressão democrática no qual as democracias representativas em sentido mais liberal (o que quer dizer restritas a questão da alternância de poder pelo voto universal) estão sendo substituídas por regimes oligárquicos “representativos” (Santos, 2017: 17) ou “avançados” (Domingues, 2017: 93) em uma “contrarrevolução neoliberal” (Guimarães: 2017). Isso significa que a soberania popular perde o seu valor, pois – independente da vontade das urnas – o arranjo de poder toma as decisões para seguir fortalecendo o poder das classes dominantes.

Soares Lima e Coutinho já haviam registrado que, na América Latina, o neoliberalismo apresentava esse impasse, uma vez que nos anos 1990 “A centralidade das reformas estruturais cegou o processo decisório para o abismo” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 13). Se, naquela quadra, tal cegueira permitiu o avanço do ciclo progressista; nesta, ela vem implicando em uma transição do ciclo progressista para algo mais do que um ciclo neoliberal: Na imagem formulada por Luis Felipe Miguel (2016) para o Brasil, que entendemos como fértil para pensar toda a região, trata-se de “uma transição à ditadura”, ainda que seja uma ditadura velada e não aberta com tanques nas ruas como ocorreu no ciclo político autoritário dos anos 1960 e 1970.

Conclusão

O presente artigo organizou a reflexão sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um contexto político mais amplo de disputas entre as classes sociais a respeito de que tipo de desenvolvimento capitalista hegemonizará o continente. Isso significa inserir o que ocorreu em Honduras, Paraguai e Brasil nas dimensões geopolíticas fundamentais do mundo hoje (e desde pelo menos todo o século XX), aquelas que opõem

um capitalismo desigual e antidemocrático a outro tipo de pacto social, no qual a desigualdade é reduzida e a democracia se fortalece.

Na mesma direção, entendemos que pensar a política contemporânea da América Latina em termos de ciclo políticos que vão se sucedendo ajuda-nos a compreender qual dinâmica de classes sociais tem predominado em cada período, o que é crucial tanto para um entendimento acadêmico dos processos políticos, sociais e culturais da nossa região quanto para as necessárias e urgentes reflexões políticas que são parte de um conhecimento engajado que é (ou deveria ser) a vocação das ciências humanas em geral e, em particular, da ciência política.

Concluimos, portanto, afirmando que o atual ciclo político na América Latina não é só neoliberal, como também autoritário. Trata-se, em realidade, da fusão das características mais substantivas dos dois ciclos políticos que precederam o ciclo político progressista na região. Na medida em que a primeira experiência neoliberal nos países latino-americanos foi derrotada pela energia social e política das lutas pela redemocratização, as elites do continente avançam contra a institucionalidade democrática, a fim de garantir seu poder de classe e se aproveitando de uma tendência internacional de oligarquização dos regimes liberais representativos na Europa e nos Estados Unidos.

Em suma, desigualdade econômica e desigualdade política caminham juntas, e é isso que podemos chamar da questão democrática no século XXI, ela própria uma atualização dos problemas da democracia no capitalismo que se apresentaram ao longo do século passado.

Essa dupla configuração de neoliberalismo e autoritarismo reforça a centralidade da questão democrática para o pensamento crítico latino-americano e para as esquerdas em geral – algo que foi pouco refletido, debatido e, por consequência, implementado durante o ciclo político progressista.

O fato é que o conjunto das experiências progressistas não formulou e testou mecanismos de transformar as conquistas econômicas e sociais em avanços democráticos, nem na sociedade civil e nem na formação de uma nova institucionalidade – salvo os processos constituintes em Bolívia, Equador e Venezuela, mas mesmo eles com impasses importantes, dos quais a dramática conjuntura venezuelana é expressão mais aguda.

Sem superar essa lacuna, não podemos explicar satisfatoriamente nem as quedas ilegítimas de presidentes eleitos, nem os dilemas políticos que se apresentam para os povos de todo o continente tais como a quase guerra civil na Venezuela ou as vitórias nas urnas das forças neoliberais, tais como Macri na Argentina e Pinera no Chile. Tampouco é possível entender os reveses em plebiscitos populares, o que ocorreu na Bolívia, Colômbia e Equador. Por fim, ficamos sem entender plenamente a crise de representação política sem precedentes no Brasil, cuja consequência mais perigosa é o fortalecimento de alternativas autoritárias do tipo Bolsonaro¹⁰.

As esquerdas, do sul ao norte da América Latina – parafraseando a inversão política e estética desenhada pelo uruguaio Torres García (outro ícone da identidade dos povos latino-americanos) –, vivem uma crise profunda devido à ligação estrutural que têm (ou deveriam ter) com a democracia. Se esta se encontra em crise, o mesmo ocorrerá com as formas organizativas que emanam das classes subalternas.

Ademais, é impossível imaginar que as esquerdas poderão recuperar sua vitalidade apenas prometendo novos surtos de desenvolvimento econômico, ou seja, mais uma vez menosprezando a questão democrática. A emergência de novos movimentos e de novas gerações políticas – que tiveram nas jornadas de junho de 2013, no Brasil, seu episódio mais extraordinário em todo continente, mas que se repetem

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1895452-violencia-e-medo-insuflam-defesa-de-autoritarismo-no-brasil.shtml>

em vários países com várias configurações desde, pelo menos, a Revolução dos Pinguins, ocorrida no Chile em 2006 – interpelam as esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos, intelectualidade) de um modo incontornável.

Resolver a questão democrática e retomar uma dinâmica de mobilização e criação desde baixo é condição para que a atualização das Veias Abertas e dos Cem Anos de Solidão não se confirme da pior maneira possível, não enquanto universalidade criativa dos nossos povos, mas sim enquanto dinâmica de recolonização da América Latina.

Bibliografia

ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto. 1996.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23

BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: LOUREIRO, Isabel e SINGER, André. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo. Ed. Boitempo. 2016, p. 55-92.

BRAUDEL, F. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRINGEL, Breno e PLEYERES, GEOFFREY (eds). *Movimientos sociales en los anos 2010: crisis, indignación y polarización*. Buenos Aires: Clacso e Rio de Janeiro: FAPERJ. 2017.

BURKE, P. *A Escola dos Annales. 1929-1989 – A revolução francesa na historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BUTLER, Judith. “Vida precária”. In: *Contemporânea*, n. 1 p. 13-33. Jan.–Jun. 2011, disponível em <file:///C:/Users/Josue/Downloads/18-13-1-SM.pdf>

CODAS, Gustavo. *O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: uma agenda de estudo e debate*. São Paulo: FES, 2013. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10431.pdf>

COHN, G. *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Ed. Boitempo. 2016.

DOMINGUES, José Mauricio. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, Juarez. *Entrevista ao portal Sul 21*. 2017. Disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/>

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LINERA, Álvaro García. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: FPA, 2004.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Transição à ditadura*, 2016. In: Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/28/transicao-a-ditadura/>

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”. In: *Observador On-Line*, v.9, n.12, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES LIMA, M. R. (org). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed: IUPERJ, 2008.

SOARES LIMA, M. R e COUTINHO, M. V. (orgs). *A Agenda Sul-Americana: mudanças e desafios no início do século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

Palavras-**chave:**

Ciclo político,
Democracia,
América Latina

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o quadro político da América Latina a partir de noção de ciclo político. Entende-se que, desde 2015, o continente vive um novo ciclo político neoliberal e antidemocrático, em substituição ao ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) que marcou a região desde o final do século XX. Trata-se, com o conceito de ciclo político, de inserir o conjunto de quedas presidenciais recentes - Zelaya, Honduras, em 2009, Lugo, Paraguai, 2012 e Rousseff, Brasil, 2016 – em processo político mais amplo de avanço do neoliberalismo e das forças oligárquicas, no qual podemos listar a vitória de Macri na Argentina em 2015, a derrota, em 2016, de Evo Morales no plebiscito sobre uma nova reeleição, uma possível vitória de Piñera no Chile nas eleições presidenciais de dezembro de 2017 e, por último mas não menos importante, a persistente e profunda crise política e social na Venezuela. Tal processo mais amplo deve contemplar, portanto, dinâmicas conjunturais com tendências mais permanentes, e é com essa dialética que o presente artigo buscará, primeiro, definir o que é um ciclo político, para em seguida, aprofundar as características do novo ciclo político, em especial o seu caráter de redução do alcance da democracia representativa, nos termos em que alguns autores (Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel, José Maurício Domingues) estão apresentando para o Brasil.

Keywords

Political cycle;
Democracy;
Latin America.

ABSTRACT: The present article intends to analyze the political framework of Latin America through the notion of political cycle. Since 2015, the continent has been living a neoliberal and non-democratic political cycle that has replaced the progressive political cycle (Soares Lima, 2008), dominant since the end of the 20th century. With the concept of political cycle, our aim is to take into account many recent presidential overthrows in the region – Zelaya in Honduras (2009), Lugo in Paraguay (2012) and Rousseff in Brazil (2016) –, situating them in a broader political process of neoliberal and oligarchical advance. This process also encompasses Macri; victory in Argentina (2015), Evo Morales; defeat in the 2016; referendum on reelections in Bolivia, a possible Piñera; victory in Chile (December 2017) and, last but not least, the deep and persistent crisis in Venezuela. Such a broader process must thus encompass the conjunctural dynamics along with more permanent tendencies – and this dialectics guides this article; search for a definition of political cycle, in order to deepen our understanding of the new political cycle, paying special attention to its subtraction on representative democracy; scope in the region (a theme that has been decisive for many analysts of the Brazilian case, such as Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel and José Maurício Domingues)

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em novembro/2017